

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenação). *João Goulart; entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 192p.

Pedro Cezar Dutra Fonseca\*

Trata-se de obra composta de oito artigos sobre a figura pública de João Goulart, com enfoque principal, mas não exclusivo, em seu período como Presidente da República. Os trabalhos vêm colaborar para que melhor se elucidem os fatos e os acontecimentos desse período da história brasileira, cujos estudos ainda permanecem aquém de sua importância. E o fazem de forma competente e oportuna, pois ajudam a superar a fase, de certo modo até hoje dominante, em que a emoção e o calor dos acontecimentos da época se reproduzem na literatura, muitas vezes ofuscando a complexidade e o desvendar dos impasses desse governo, ao qual coube encerrar um importante ciclo de experiência democrática no Brasil.

A paixão evidente nas obras sobre Goulart tem sua razão de ser, já que remete à defesa ou ao ataque ao golpe de estado de 1964 e à discussão acerca de suas razões. Se é verdade que não há narrativa descomprometida e se toda reconstituição de processos históricos não deixa de ser uma leitura, como esperar algo diferente justamente ao se abordar esse período, cujo desfecho marcou profundamente a política e a economia brasileira nas décadas seguintes, estendendo seus reflexos até a atualidade? Nas palavras de Angela de Castro Gomes, autora de um dos mais instigantes artigos da obra, que tem por objeto a atuação de Goulart como ministro do Trabalho de Vargas em 1953/54, a divisão “persiste nas batalhas de memória que continuam a se travar após sua morte”.

Os artigos da obra, portanto, são fecundos não por suprimirem a paixão do pesquisador – quimera que, quando afirmada, muitas vezes,

---

\* Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde atualmente é Vice-Reitor. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas. Av. João Pessoa, 52 – 3º andar – Centro – 90040-000 – Porto Alegre, RS – Brasil. E-mail: pedro.fonseca@gabinete.ufrgs.br.

não passa de dissimulação –, mas por substituírem as narrativas parciais e com enfoque predominantemente emocional, permeadas de adjetivos, por trabalhos ancorados na busca de novos fatos, novos temas e novos enfoques. Não houve a pretensão de estabelecer uma unidade entre eles que permitisse detectar a elaboração uma interpretação alternativa, fundada num mesmo marco teórico ou metodológico. Entretanto, há um propósito que perpassa todos os trabalhos e lhes garante unicidade. Este elemento comum é explicitado por Marieta de Moraes Ferreira, coordenadora do livro e autora do artigo de introdução, após lembrar as representações sobre Goulart consagradas na memória histórica: é preciso que se traga à liça “outras facetas do governo Goulart de modo a detectar processos pouco percebidos no curto prazo, mas que geraram transformações expressivas a longo prazo”. Ou seja: trata-se de resgatar a importância da conjuntura, das decisões políticas e de política econômica, variáveis relevantes e muitas vezes desprezadas por boa parte da literatura sobre o período.

A definição desse propósito ajuda a superar duas marcas recorrentes na literatura sobre o período. A primeira toca à preponderância das variáveis de longo prazo como determinantes para a explicação dos impasses políticos e econômicos da primeira metade da década de 1960, a qual, em processo de síntese do pensamento, denomina-se sob a expressão “crise estrutural” (do modelo de substituição de importações, de “realização dinâmica”, de subconsumo, do “populismo” etc.). Não se trata, obviamente, de negar a existência desses ou de outros condicionantes estruturais, mas de asseverar sua insuficiência para a reconstituição do processo histórico – e principalmente de seu desfecho. A segunda marca interliga-se à primeira: levadas ao paroxismo as análises estruturais, desprezam-se o jogo político e as decisões de política econômica – vê-se Goulart de mãos amarradas, passivo, com destino histórico pré-traçado. Em outra variante, recorre-se a pretensos traços de personalidade do ex-presidente: fraco, despreparado, conciliador (característica que aqui é defeito e não virtude, ao contrário de seu significado na memória consagrada de JK ou Tancredo), indeciso, populista, demagogo...

Em outro trabalho (*Revista de Estudos Econômicos/USP*, v.34, n.3, 2004), tive oportunidade de mostrar como a política econômica do go-

verno Goulart é normalmente interpretada. Roberto Macedo menciona a “inconsistência na utilização dos instrumentos de política econômica”. Simonsen vai na mesma direção ao salientar que a ortodoxia sempre tendeu a associar a política econômica do governo Goulart à “irracionalidade”. Carlos Lessa entende que as medidas implementadas pelo governo não seguiam “com precisão quaisquer diretrizes, apontando para múltiplas direções”. Werner Baer, por sua vez, assinala a inexistência de “qualquer linha de política econômica consistente”. Mas os estudos, via de regra, pouco aprofundam as razões que explicariam esse comportamento da política econômica e não conferem embasamento preciso aos adjetivos que a qualificam. Por isso, talvez, muitas vezes a “dubiedade” e a “inconsistência” da política econômica são associadas à própria figura presidencial. Leff exemplifica esta postura típica ao apontar como causa da crise econômica a “fraqueza” na formulação das políticas; o presidente era “tão inábil que de fato perdia controle parcial de seu aparato político”; ademais, sempre mostrara “pouco interesse pela política econômica e pela resolução de políticas sofridas”; isto teria levado a um “sentimento generalizado de perda de controle e uma necessidade de mudanças políticas”. Já Skidmore qualifica-o como “líder de terceira categoria”, com “reputação de ser um homem fraco”, que “brilhava como um mestre da intriga política de curto alcance”. Era, ainda, “incapaz de compreender as dificuldades de uma política antiinflacionária”.

Não há dúvida de que *João Goulart; entre a memória e a história* ajuda a ultrapassar essa fase dos adjetivos, em busca de maior profundidade e fundamentação em pesquisas. Além dos artigos já mencionados, dois temas centrais para se entender os impasses do período são enfocados: a questão agrária (de MARIO GRYNSPAN) e a política econômica (de HILDETE PEREIRA DE MELO, CARLOS PINKUSFELD BASTOS E VICTOR LEONARDO DE ARAÚJO). O quadro dos embates políticos e ideológicos é reconstituído através de instigantes análises sobre a imprensa da época (de ALZIRA ALVES DE ABREU), a mobilização anticomunista (RODRIGO PATTO SÁ MOTTA), a UnB (HELENA BOMENY) e a formação da Frente Ampla de oposição ao regime militar (CÉLIA MARIA LEITE COSTA).

Como resultado, tem-se uma obra de bom nível e recomendada não só aos profissionais da área de ciências humanas, mas a todos os

interessados em entender melhor como e por que foi tragicamente encerrado um dos poucos períodos de experiência democrática da história brasileira.

*Recebido para publicação em fevereiro de 2007.*

*Aprovado para publicação em março de 2007.*